

<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i254.4399>

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) tem o privilégio de publicar o seu 100º volume, mantendo o mesmo compromisso com a qualidade científica e a liberdade de expressão que norteou todo o seu percurso, desde a sua criação, em 1944, no âmbito do que hoje conhecemos como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Um compromisso naturalmente irrenunciável, amalgamado na consciência de que a reflexão crítica, respaldada na tradição científica e na ética democrática, não é apenas legítima, mas necessária.

Vale lembrar que a *RBEP*, desde maio de 2017, passou a circular com a classificação A1 na área de Ensino e A2 na área de Educação. Por conseguinte, não é ocioso reiterar o nosso inarredável empenho com a observância dos requisitos de qualidade e das normas nacional e internacionalmente consolidadas de avaliação e publicação de artigos científicos. E, dentre as mais recentes diretrizes adotadas pela *RBEP* em consonância com as principais plataformas digitais de publicações científicas e os projetos gratuitos e universais de acesso à informação acadêmica, destacam-se: a) a utilização de *software* detector de plágio; b) a inserção das diretrizes éticas relacionadas a originalidade, plágio, autoplágio e política de retratação de má conduta científica; c) as exigências de descrição mais detalhada sobre autoria; e d) a exigência de resumo em espanhol.

A importância dessas diretrizes fala por si, especialmente em relação à necessidade de se garantirem a autoria de cada criação e o respeito a cada interlocutor. Afinal, como notam Débora Diniz e Ana Terra (2014,

p. 49), o plágio é uma forma particular de “irrespeito”, “uma falta de correspondência entre a assinatura e o texto”. Na comunicação acadêmica, segundo as autoras, “a assinatura é um registro da sinceridade da criação”. O plágio é, portanto, uma fraude, uma violação.

O plágio é um engano para quem lê e uma mentira para quem o assina como autor. (...) uma forma de engano textual em que um pseudoautor assume como suas as palavras de um autor. Intencional ou descuidado, o pseudoautor mente para o leitor: substitui assinaturas em um texto e não informa sobre a anterioridade da criação. O plagiador pode ser um ladrão para alguns; para nós, é um sujeito tolo, um sebastião das letras e jamais um criador de textos. Poderia ser só um potoqueiro da praça, se não falasse em nome da ciência e do conhecimento – a importância dos atos do plagiador depende do que ele copia ou adultera. (Diniz; Terra, 2014, p. 14-15).

As mencionadas autoras discorrem de maneira elegante e aprofundada sobre o tema, abordando vários aspectos, como o autoplágio, o desvirtuamento das referências cruzadas, a fabricação e a adulteração de dados de pesquisa. Assuntos caros a toda comunidade científica e acadêmica, cujo detalhamento extrapolaria os objetivos desta apresentação.

Em sintonia com o exposto, este número, o 254, conserva as marcas de uma publicação periódica científica interdisciplinar e multitemática, que abriga produções sobre os mais variados objetos e temas do campo da educação, com base em diferentes abordagens e enfoques epistemológicos.

Com efeito, este número inicia com um artigo que aborda uma temática cara à didática, relativa às tecnologias educacionais, intitulado “O uso de mensagens eletrônicas instantâneas como recurso didático”. Nele, a pesquisadora Tereza Cristina Rodrigues e o pesquisador Lúcio França Teles analisam as possibilidades de se empregarem como recurso didático, no âmbito de processos de ensino e aprendizagem, aplicativos de produção e compartilhamento de mensagens eletrônicas por meio de dispositivos móveis. A pesquisa, apoiada na (e em diálogo com a) literatura especializada, foi desenvolvida com docentes de diferentes regiões do Brasil familiarizados com o uso do celular e do WhatsApp, chegando à conclusão de que o engajamento, a preparação e o planejamento docente são elementos essenciais para garantir que o aplicativo em questão possa se revelar um aliado de práticas pedagógicas exitosas. Há décadas se discute, no mundo, a necessidade de se garantir, desde cedo, nas escolas, a formação crítica sobre fenômenos relativos à comunicação. Uma discussão que, há alguns anos, também aborda o advento das redes sociais e seus impactos na produção de comportamentos e nas tomadas de decisão.

O artigo da pesquisadora Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, “Literacy in elementary school: reading *Dom Quixote de la Mancha*”, apresenta uma pesquisa em que se discute uma prática de letramento cujo foco é a maneira por meio da qual docentes e estudantes interagem com um texto literário. Letramento é aqui entendido como uma prática social tal como proposta pelos *New Literacy Studies* (NLS). A obra literária, no caso, foi *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes, e a pesquisa de campo foi realizada em uma classe de 2º ano do ensino fundamental de

uma escola pública frequentada por estudantes da classe trabalhadora, em São João del-Rei, Minas Gerais. As questões norteadoras dessa etnografia referem-se à atuação de um professor brasileiro de ensino fundamental como mediador no contexto da educação literária e à construção de uma prática de letramento por meio de interações com a obra *Dom Quixote de La Mancha*. A autora aponta que a análise dos dados indicou um uso mais amplo de textos literários na sala de aula, pois o professor propôs não apenas questões abertas relacionadas a essa obra, mas também questões que permitiram aos alunos falar sobre suas experiências anteriores com livros literários e, assim, expressar-se mais ativamente no processo de ensino-aprendizagem.

Nunca por demais pesquisada e debatida, a formação continuada de professores é tema central de dois artigos. O primeiro, "Estudos de aula na formação de professores de matemática do ensino médio", da pesquisadora Adriana Richit e dos pesquisadores João Pedro da Ponte e Mauri Luís Tomkelski, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com professores de matemática do ensino médio de escolas da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, submetidos a uma experiência de formação conduzida pelos autores. Ali, as tarefas relativas ao planejamento de aulas, ao trabalho coletivo e aos processos negociados de tomadas de decisões ensejaram o desenvolvimento de práticas de docência compartilhada, em elevados níveis de colaboração, que favoreceram novas aprendizagens, desenvolvimento profissional e encorajamento para experimentar novas abordagens didáticas no ensino da matemática. Tal disciplina será ainda alvo da atenção de outros dois artigos neste mesmo número.

O artigo seguinte, "Formação continuada de professores 'no' e 'para' o trabalho: questões e reflexões a partir da teoria crítica da sociedade", de Anael Fernandes, convida a pensar a partir de uma compreensão de formação baseada na teoria crítica da sociedade formulada por Theodor Adorno, em diálogo com a contribuição de outros autores do mesmo campo teórico. Assim, o pesquisador, buscando problematizar o que aponta como lugares-comuns nos discursos sobre formação continuada de professores, avalia que a formação no trabalho (oferecida por órgãos gestores) e a formação para o trabalho (mediante saberes docentes advindos da experiência proporcionada pelo exercício da profissão), tal como geralmente concebidas e implementadas, são "pseudoformações", devido ao caráter heteronômico de ambas e por serem pautadas, desde sua origem, por concepções limitantes e instrumentalistas. O autor avalia, também, que, desse modo, entravariam uma formação que vislumbre e promova a autonomia e a liberdade dos sujeitos.

O desenvolvimento psicomotor na educação infantil é tema do estudo apresentado no artigo "A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor da educação infantil", das pesquisadoras Ana Luísa Sacchi e Andreia Cristina Metzner. Em uma pesquisa que envolveu dez professoras da educação infantil da rede municipal de uma cidade do interior do estado de São Paulo, as autoras constataram que, embora as docentes tenham revelado possuir conhecimentos sobre psicomotricidade e considerado a importância das atividades psicomotoras para o desenvolvimento das

crianças, em suas atividades didáticas, elas se restringiam à abordagem de questões relativas a equilíbrio e coordenação motora.

A educação infantil permanece em tela no artigo dedicado à discussão do papel do brincar e do cuidado nos espaços em que essa etapa de formação se realiza. Assim, em “O brincar e o cuidado nos espaços da educação infantil: desenvolvendo os animais que somos”, o pesquisador Rodrigo Ávila Colla trata o brincar e o cuidado como tarefas constitutivas do desenvolvimento humano. Por conseguinte, aborda a organização do espaço e a disponibilização de materiais e, ao mesmo tempo, aponta a necessidade de os pedagogos atentarem para as potencialidades da “animalidade humana”, de modo a fomentar a livre iniciativa das crianças, levando em conta a dimensão do cuidado e a oportunidade de propiciar-lhes descobertas e aprendizados de maneira lúdica.

Outro assunto relevante quando se pensa em qualidade da educação diz respeito às políticas de valorização do magistério público, objeto da pesquisa realizada por Marcos Edgar Bassi e Maria da Graça Nóbrega Bollmann. Nesse artigo, intitulado “Resultados das políticas de valorização do magistério público em Santa Catarina”, os pesquisadores analisam a evolução dos valores dos vencimentos do magistério público daquele estado entre 2006 e 2014. Ao considerar as reflexões relativas a financiamento da educação, políticas educacionais e remuneração docente, concluem que, embora tenha havido um aumento dos vencimentos básicos da categoria, isso se deu, sobretudo, em decorrência da incorporação de componentes da remuneração – fato que leva os autores a questionarem quão efetiva possa ter sido essa valorização.

Em “Aspectos da educação ambiental crítica no ensino fundamental por meio de atividades de modelagem matemática”, a prática da educação ambiental no ensino dessa disciplina é alvo da pesquisa desenvolvida por Daniana de Costa e Edilson Pontarolo, junto a quatro turmas do 9º ano do ensino fundamental em uma escola pública de São Lourenço do Oeste, no interior catarinense. Os pesquisadores discutem diferentes perspectivas de educação ambiental, além de abordarem aspectos teórico-metodológicos da modelagem matemática. Na pesquisa, observaram que os estudantes apresentaram uma percepção tanto natural quanto socioambiental da questão. Além de terem registrado, entre os estudantes, comportamentos relacionados a cuidado com a natureza, atitudes e conscientização, também perceberam que eles se mostram reflexivos e críticos sobre a temática. Nesse processo, concluíram que a modelagem matemática se demonstrou capaz de contribuir para uma melhor compreensão da realidade ambiental por parte dos estudantes.

O tema da formação de professores é retomado pela terceira vez neste número. O foco do artigo é a formação inicial e tem como pano de fundo as discussões acerca da construção do saber científico e os diferentes modelos de se pensar a relação entre ciência e religião – algo especialmente premente diante da necessidade de se garantir a laicidade nos espaços de educação formal. No artigo “Diálogos entre ciência e religião: a temática sob a ótica de futuros professores”, os pesquisadores Bernardo Valentim Riceto e Pedro Donizete Colombo Junior rastreiam as representações que estudantes

e coordenadores dos cursos de licenciatura do campus de Uberaba da Universidade Federal do Triângulo Mineiro produzem ou acionam ao tratarem dos diálogos e das tensões entre ciência e religião em sala de aula. A separação entre Estado e Igreja, a autonomia do campo científico e a garantia de uma educação laica e antidiscriminatória constituem temas candentes e que dizem respeito a um dos maiores desafios enfrentados em sociedades engajadas em processos disputados de construção ou de consolidação da democracia, relativos, entre outras coisas, ao dever do Estado na proteção da igualdade e na garantia do direito à educação.

Assunto ainda pouco lembrado na literatura especializada no campo da educação no Brasil, a etnomatemática está no centro do trabalho apresentado por Milton Rosa e Daniel Clark Orey. Nesse artigo, intitulado "Ethnomathematics and the responsible subversion of its pedagogical action: an investigation based on three anthropological approaches", os pesquisadores tecem argumentações com base em uma perspectiva analítica que considera aportes da reflexão antropológica, ao mesmo tempo que se dedicam a discutir a ação pedagógica e os aspectos curriculares implicados nesse processo. Trata-se, mais propriamente, de uma análise teórica acerca de uma pesquisa em curso sobre etnomatemática e suas conexões com o que os autores denominam subversão responsável da ação pedagógica. São também discutidas ideias, adoções procedimentais e práticas matemáticas relacionadas a abordagens antropológicas (a êmica e a ética), com vistas a possibilitar uma abordagem dialógica (êmica-ética) necessária para o desenvolvimento de uma pesquisa etnomatemática. Notadamente, são, todos esses, aspectos que vêm sendo teorizados na pesquisa antropológica há décadas, tendo as abordagens êmica, ética e dialógica como meios para fornecer uma compreensão mais profunda das ideias, dos procedimentos e das práticas matemáticas desenvolvidas em diferentes contextos. A análise proposta aponta que ações pedagógicas inovadoras precisam lidar com os currículos de matemática existentes para que ideias, procedimentos e práticas matemáticas possam ser mais bem compreendidos.

Este número traz dois relatos de experiência. O primeiro, "Pesquisa-formação: díade que permeia o exercício da docência em contexto socioeducativo", de autoria de Mirian Abreu Alencar Nunes e Maria da Glória Carvalho Moura, apresenta reflexões tecidas no bojo de uma pesquisa em andamento sobre saberes docentes e educação de jovens e adultos. Essa investigação, realizada junto a professores que atuam em uma unidade que abriga adolescentes privados de liberdade, busca entender qual é a relação existente entre os saberes docentes mobilizados em espaço socioeducativo e a contribuição para a formação cidadã de adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade. No intuito de aliar pesquisa e formação, as autoras relatam como procuram se valer dos pressupostos da pesquisa colaborativa, adotando como procedimento metodológico para a produção dos dados as narrativas dos diálogos das oficinas de formação. Segundo elas, os resultados mostram a relevância da pesquisa-formação como ferramenta que possibilita o avanço do conhecimento de forma colaborativa e articula teoria e prática profissional, favorecendo a autoformação na docência socioeducativa.

O segundo relato, de autoria do pesquisador David Moisés Barreto dos Santos, "Educação para sentido na vida e valores: percepção de universitários a partir do livro 'Em busca de sentido', de Viktor Frankl", busca enfatizar, segundo os termos ali adotados, a sensação de vazio e de falta de sentido da vida na sociedade contemporânea, especialmente entre jovens. Entendendo o processo de atribuição de sentido à vida como algo circunstanciado e dinâmico, o autor defende uma educação que promova o desenvolvimento pessoal e considera que a leitura de obras literárias possa ensinar esse processo. Seguindo as trilhas do método psicoterapêutico da logoterapia e da análise existencial, desenvolvidas pelo psiquiatra judeu austríaco Viktor Emil Frankl, que foi prisioneiro em vários campos de concentração nazistas, ele realiza, juntamente com um grupo de estudantes do curso de engenharia de computação da Universidade Estadual de Feira de Santana, uma atividade reflexiva sobre como encontrar uma razão para viver, com base na leitura e discussão do célebre livro *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*, publicado inicialmente em 1946. Os relatórios de leitura dos estudantes foram então submetidos a procedimentos de análise de conteúdo, cujos resultados foram apresentados aos alunos, com o objetivo de deslindar percepções e processos de atribuição de sentido, valoração de atitudes e estabelecimento de fatores motivadores, metas e perspectivas de futuro.

Por fim, diante desse seleto conjunto de reflexões científicas, cabe encarecer que o rigor constantemente almejado no exercício profissional dos membros das editorias de uma publicação periódica de caráter científico como a *RBEP* requer cuidados para assegurar o processo de revisão por pares, por meio de avaliação criteriosa, tempestiva e às cegas de cada artigo submetido, e que se assumam como pré-condição a garantia da livre manifestação de pensamento crítico. São, todos esses, elementos indispensáveis para o debate qualificado, a construção e a disseminação de conhecimento, especialmente quando se busca uma ampla, sofisticada e aprofundada compreensão dos desafios e das possibilidades inerentes à área. Necessários, ademais, para oportunizar o aprimoramento das demandas sociais por direitos e fornecer subsídios para as tomadas de decisão por parte daqueles e daquelas que povoam e animam o mundo da educação.

*Editoria Científica*

---

## Referência

DINIZ, D.; TERRA, A. *Plágio: palavras escondidas*. Brasília: Letras Livres; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY-NC.